

A IMPORTÂNCIA DOS QUILOMBOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Marcio De Oliveira¹

RESUMO: O presente artigo, tem como função principal diagnosticar a influência direta dos quilombos na construção de uma identidade e de uma cultura afro-brasileira e americana. Com relação ao Brasil, esta identidade, esta mentalidade, foi possível pela união de três culturas distintas; a negra (africana), a branca (europeia) e a aborígene (indígena). Mas antes, mostraremos com igual importância, os desafios que os estudos relacionados a temas africanistas e afro-americanos tiveram que vencer, muito devido a eurocentrismos, para se sobressaírem nas academias do Brasil e do mundo. Nosso escrito teve como principal motivação a lei 10639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e cultura afrobrasileira e africana nos bancos escolares do ensino fundamental, médio e universitário. O texto é dividido em três partes. A primeira esclarece onde tiramos inspiração para a escrita, lei 10639/2003 e o parecer do CNE de 2004. O segundo trecho do artigo vai destacar uma historiografia do esquecimento, ou seja, como intelectuais do mundo inteiro, embebidos com o eurocentrismo, deixam de produzir debates sobre questões relativas à história e cultura africana. Pôr fim à parte que detalha a importância dos quilombos para o surgimento da identidade e cultura afro-brasileira. Para chegar aos objetivos propostos utilizamos de uma abrangente bibliografia relacionada ao tema, junto com artigos tirados da rede mundial de computadores (internet), que possuía relevância temática. O nosso referencial teórico para estarmos discutindo identidade afro-americana e afro-brasileira, foi encontrado nos ideais dos antropólogos Richard Price e Sidney Mintz, que propõem uma heterogeneidade étnica e cultural dos povos africanos, ou seja, as comunidades africanas não tinham a mesma base cultural, e sim, vários mecanismos culturais de pensamento.

PALAVRAS CHAVES: Quilombos, identidade, cultura afro-brasileira.

ABSTRACT: The main function of this article is to diagnose the direct influence of quilombos in the construction of an Afro-Brazilian and American identity and culture. With regard to Brazil, this identity, this mentality, was made possible by the union of three different cultures; black (African), white (European) and aboriginal (indigenous). But first, we will show, with equal importance, the challenges that studies related to Africanist and Afro-American themes had to overcome, largely due to Eurocentrisms, to stand out in the academies of Brazil and the world. Our writing had as its main motivation the law 10639/2003, which establishes the mandatory teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture in primary, secondary and university education. The text is divided into three parts. The first clarifies where we drew inspiration for writing, law 10639/2003 and the 2004 CNE opinion. produce debates on issues relating to African history and culture. To end the part that details the importance of quilombos for the emergence of Afro-Brazilian identity and culture. To reach the proposed objectives, we used a comprehensive bibliography related to the topic, along with articles taken from the World Wide Web (Internet), which had thematic relevance. Our theoretical framework for discussing Afro-American and Afro-Brazilian identity was found in the ideals of anthropologists Richard Price and Sidney Mintz, who proposed an ethnic and cultural heterogeneity of African peoples, that is, African communities did not have the same base culture, and yes, various cultural mechanisms of thought.

KEYWORDS: Quilombos, identity, Afro-Brazilian culture.

¹ Mestrando em Ensino em Educação Básica na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



Introdução

As questões relacionadas a temas africanistas ficaram por um longo período esquecidas nas cátedras de História de todo mundo. Só com advento da metodologia histórica dos Analles é que estes temas tiveram relevância dentro das academias de estudos humanos num âmbito geral. Indo na contramão destas pesquisas, os estudos que tinham como objeto os quilombos, surgiram cedo no Brasil. Os primeiros trabalhos datam do final do século XIX e início do XX, tendo como enfoque várias estruturas (política, economia, sociedade). Os quilombos, como bem sugere Marcos Rodrigues da Silva (1987) em seu livro O Negro no Brasil: Histórias e desafios; "não eram somente locais de esconderijo para escravos fugidos. Tinham como característica fundamental a formação de aldeias, onde a liberdade era o imperativo para sua manutenção e sobrevivência". Baseando nesta informação, que os quilombos tinham como imperativo a liberdade, e com certeza, uma liberdade para criar, é que propomos uma análise da importância destas localidades (quilombos), para o surgimento de uma identidade e cultura afro-brasileira. Nosso objetivo é mensurar a importância dos quilombos para construção desta mentalidade.

Para chegar a este fim analisamos uma considerável bibliografia relacionada ao estudo proposto, junto com alguns sites da rede mundial de computadores (internet) com relevância temática. A inspiração para termos escolhido o objeto deste artigo veio através da leitura do parecer CNE (Concelho Nacional de Educação) discutindo a lei 10639/2003, que estabelece obrigatoriedade dos estudos africanos e afro-brasileiros nas escolas e universidades. Então, motivados pela lei, partimos para busca de bibliografias. Na parte que remete ao tema "historiografia do esquecimento" buscamos os estudos do historiador e filosofo José Carlos Reis, especialista em historiografia e Escolas dos Analles. Ao mesmo tempo analisamos o enfoque africanista de Mary Del Priore e Renato Venâncio, com relação ao olhar do europeu para com os negros e o continente africano. Luiz Carlos Paixão da Rocha nos forneceu detalhes sobre a importância dos movimentos negros para elaboração de leis que favoreceram os afrodescendentes.

Na segunda parte, onde aprofundamos no tema quilombo, usamos os conhecimentos passados por João José Reis e Flavio dos Santos Gomes, com relação à História dos quilombos no Brasil. Utilizamos também, as contribuições de Regiane Augusto de Mattos, no que tange às várias relações sociais que ocorriam em território quilombola, e Marcos Rodrigues da Silva, com os "Negros do Brasil", e seu ideário de liberdade. Os antropólogos Sidney Mintz e Richard Price, com sua obra; "O nascimento da cultura afroamericana", nos apresentaram subsídios para estarmos discutindo teoricamente a questão da formação de uma cultura afro-brasileira. Os pesquisadores vão contrapor a obra do antropólogo Melville Herskovits, que postulava uma homogeneidade cultural dos povos africanos, e também, continuísmos e africanismos na cultura afro-americana. Eles irão propor uma heterogeneidade africana, e defender que, o surgimento da cultura afro-americana, vai estar relacionado a interações sociais acontecidas em território colonial. Os quilombos foram lócus de interações sociais na colônia portuguesa na América.



1 - Lei 10639/2003 e Parecer do CNE - 2004, inspiração.

Como discutir cultura africana? Como falar de uma cultura afro-brasileira? Como conscientizar quase metade da população brasileira, no caso a população negra, de seu valor cultural para o Brasil. Estas são algumas interrogações que a lei 10639/2003 vai tentar responder e resolver. Esta lei, segundo parecer do CNE (Conselho Nacional de Educação) visa:

Atender os propósitos expressos na indicação CNE/CP 06/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à lei 9394/96 de diretrizes e bases da educação nacional, pela lei 10639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, e superior. Desta forma, busca cumprir o estabelecimento da constituição federal nos seus ART. 5°, I, ART. 210, ART. 206, I, 1° do ART 242, ART 215 e 216 bem como os ART. 26, 26° e 79B na lei 9934/96 de diretrizes e bases da educação nacional, que assegurou o direito de igualdade e condição de vida e de cidadania, assim como garante igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros. (BRASIL – 2003)

Podemos analisar com uma leitura aprofundada do parecer CNE, que a lei 10639/2003, foi homologada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com objetivos concretos de fazer chegar às escolas e universidades a história e a cultura Africana, e também, afro-brasileira, possibilitando, quebrar paradigmas preconceituosos e jogar uma luz na História de um continente e um povo, esquecidos durante séculos, por estudiosos do resto do mundo.

Neste mesmo parecer, em parte que é discutido o tema; ações educativas de combate ao racismo e a discriminações, o autor, coloca como mecanismos de combate a estes dois males – racismo e ações discriminatórias - o conhecimento, por parte dos alunos e sociedade em geral, da História de quilombos e comunidades quilombolas, isto, dentro do currículo escolar de História e cultura afro-brasileira. Então, ter contato com toda uma estrutura organizada pelos negros dos quilombos, e também, das atuais comunidades quilombolas, pode ser de suma importância para o combate do racismo vigente em nosso território.

Vendo a importância do estudo detalhado dos quilombos e comunidades quilombolas - importância esta, histórica, social, política e principalmente cultural – para a construção de uma cultura afro-brasileira, é que resolvemos dedicar este artigo a tais localidades, dando ênfase, à cultura originada nos quilombos.

Responder às questões elencadas no início do artigo é um trabalho de anos, de profundo estudo de pesquisadores, educadores e leigos que se interessam pelo assunto. Esta lei, 10639/2003, ainda é muito recente, vai ser muito discutida, trabalhada e



melhorada, contudo, foi um ganho social - político e cultural dos afrodescendentes brasileiros.

2 - Historiografia do Esquecimento:

Falar de história e cultura africana é um desafio árduo, isto porque, obriga o historiador ou estudante a se debruçar sobre um passado por muitas vezes mitigado, esquecido pelos governos, universidades e sociedade civil em geral. Falar de África era praticamente impossível há alguns anos atrás, isto muito devido, à metodologia de pesquisa histórica utilizada pelos historiadores, muito influenciada, num primeiro momento, pelo pensamento do filosofo Hegel (século XIX), filosofia histórica, que postulava em suas teses, que a África tinha uma sociedade estática, uma sociedade considerada por ele, sem história, e sem variações culturais em sua estrutura.

Com a evolução da historiografia o continente africano, e sua cultura, continuaram sendo colocados a um segundo plano. O pensamento positivista, que tinha como suporte teórico a doutrina do filosofo Francês Augusto Conte (século XIX), propunha uma produção historiográfica baseada numa análise metódica do documento, com fundamentação na observação, experimentação, comparação e filiação. A metodologia histórica positivista utilizava como fontes de pesquisas apenas documentos oficiais e escritos, como nos relata o historiador e filosofo José Carlos Reis (2006) em seu livro, A história entre a Filosofia a Ciência:

"Assim, também, procedia o historiador metódico *ou positivista* (grifo meu) – através dos documentos, reconstituiria descritivamente, "tal como se passou", o fato o passado, que uma vez reconstituído, se tornaria uma "coisa que se fala por si". Ao historiador não competiria o trabalho da problematização, da construção de hipótese, da reabertura do passado e da releitura de seus fatos. (REIS – 2006, pag. 19)

Tendo como enfoque os documentos, os positivistas não deram conta de retratar o continente africano, tão pouco, o povo contido neste território. A África tinha uma tradição de história oral, passada de geração a geração pelos chefes locais.

Outra historiografia muito influente no século XIX e XX, e que também, não deu importância histórica a África, foi à marxista. A historiografia marxista tinha como principal objeto de estudo as relações capitalistas entre os proprietários de fabricas e seus trabalhadores (proletário), ou seja, as lutas de classes. O continente africano por muito tempo ficou fora dos interesses capitalistas, interesses estes, centralizados num primeiro



momento na Europa. Só com o advento do Imperialismo – segunda parte do século XIX e início do XX - é que o olhar europeu se virou para a África, um olhar eurocêntrico, preconceituoso e discriminante, como nos mostra Mary Del Priore e Renato Venâncio (2004), em seu livro: Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica. Eles relatam qual era visão que os europeus tinham do povo africano:

Do ponto de vista europeu, o modo de vida dos africanos era bestial, selvagem. Seus códigos quanto ao vestir, comer, morar os colocam no limiar da animalidade. São Idólatras. Falta-lhes racionalidade. Sua vida nômade é sinônima de desorganização social. Suas qualidades de coragem e força física não são percebidas, são chamados de "gente pobre, rude e selvagem". Dizia-se que eram antropófagos. (PRIORE e VENÂNCIO – 2004, pág. 67)

Esta visão eurocêntrica e preconceituosa perpassou por grande parte do século XIX, e chegou ao século XX, com considerável força. Tal visão, só foi modificada com o surgimento de uma nova metodologia de análise histórica, a chamada historiografia dos Analles. Não vamos nos ater aqui, a discutir todo o processo de formação da metodologia de pesquisa dos Analles, mais sim, qual foi sua contribuição para o descobrimento cientifico - histórico do continente africano, e também, de seu povo.

Com o surgimento da Revista Analles d'histoire économique et sociale (Anais de História, Economia e Social) no final dos anos 20, e início dos anos 30, fundada por Marc Block e Lucien Febvre, a História vai ganhar novas abordagens. Além da política e do econômico, que eram abordagens historiográficas positivistas e marxistas, respectivamente, a cultura, a sociedade, a história oral, a história dos oprimidos, etc. vão ganhar vez nos trabalhos do grupo dos Analles. Através destas novas frentes de estudos, a pesquisa histórica vai adquirir no seu dia - a - dia, novos objetos: o social, as mentalidades, as civilizações, novas economias, a longa duração do tempo; abrindo um leque de possibilidades gigantescas.

Para abarcar todo este conglomerado de objetos, à historiografia dos Analles vai usar da interdisciplinaridade com outras ciências sociais. A Geografia, a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia entre outras, serviram para a História, como ferramentas auxiliares na compreensão, mais elaborada, de um determinado acontecimento histórico.

Agora, onde entra a História e cultura africana e afro-brasileira neste contexto? Com a escola dos Analles, suas novas abordagens, novos objetos, o uso da interdisciplinaridade, o território africano vai ser observado com mais detalhes, isto se deu principalmente, pela utilização da Antropologia e da Sociologia, como ferramentas auxiliares, estas, há tempos, já haviam entrado em contato com o continente negro em suas pesquisas. Vai ser a partir dos novos estudos, elaborados pelos pesquisadores dos Analles, que o continente africano terá vez, dentro das academias na Europa.

Aqui no Brasil, as universidades, influenciadas pela metodologia dos Analles, a partir dos anos 70 e 80, vão iniciar pesquisas relacionadas ao continente africano e a uma



cultura afro-brasileira, possibilitando, a partir deste momento, termos uma visão panorâmica desta sociedade. Outro fator que contribuiu para avanço das pesquisas universitárias, relacionadas a temas africanistas, foi o centenário da abolição da escravatura, acontecido em 1988. Estes dois fatores — a influência dos Analles nas academias brasileiras e o centenário da abolição da escravatura no Brasil — entre outros, ajudaram a formar na população afrodescendente brasileira uma consciência negra, alavancando com isso, principalmente em grandes centros como: Rio de Janeiro e São Paulo, movimentos negros, que vão servir de estimulo para a criação, da tão benéfica lei 10639/2003, para os afrobrasileiros, como relata o educador Luís Carlos Paixão da Rocha (2006), em sua tese de mestrado para Universidade Federal do Paraná, intitulada, "Políticas afirmativas e educação: A lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais do Brasil contemporâneo":

"As atuações dos movimentos sociais negros produziram efeitos significativos no programa e na execução do governo Lula. Pela primeira vez, na história do país, é criada uma secretária especial, com status de ministério, responsável pela implementação de políticas, articulada aos demais ministérios, para diminuir as desigualdades raciais no Brasil. No início do governo Lula é assinada a lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino da educação básica". (ROCHA –2006, pág. 62)

Então, como percebemos nos relatos do educador Luís Carlos Paixão da Rocha, os movimentos negros, muito motivados pelas pesquisas acadêmicas e pelas comemorações do final da década de 80, foram de suma importância para a homologação de leis que beneficiarão as comunidades afrodescendentes no Brasil.

3 - Quilombos e a construção de uma identidade e cultura afro-brasileira

Apesar dos estudos destinados a temas africanistas ficarem esquecidos por muito tempo, como podemos constatar com a leitura do trecho "Historiografia do Esquecimento", deste artigo, os trabalhos relacionados aos quilombos e comunidades quilombolas floresceram cedo entre os acadêmicos brasileiros, como nos relata João José Reis e Flavio dos Santos Gomes (1996) em seu livro: Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil:

Reflexões mais sistemáticas relativas aos quilombos iriam aparecer nos estudos afro-brasileiros nos anos 30 do século XX. Em geral, seguindo os estudos fundamentais de Nina Rodrigues na virada do século, Arthur Ramos e Edson Carneiro adiantaram intepretações com viés culturalista. Futuramente, a tarefa foi retomada por Roger Bastide. (REIS e GOMES –1996, pág. 11)



Segundo os pensadores, desta primeira corrente de estudos afro-brasileiros, a organização social dos aquilombados era identificada por um esforço contra aculturativo, uma resistência à aculturação europeia que eram submetidos os escravos nas senzalas, ou seja, os africanos vislumbravam nos quilombos a oportunidade de manter intacta a cultura da mãe África trazida por eles para a América. Seguindo os passos destes primeiros estudiosos que dedicaram suas carreiras a estudar a história e cultura afro-americana, R. K. Kant vai movimentar pesquisas com a intenção de descobrir em Palmares um verdadeiro Estado africano no Brasil, juntamente, com Eugene Genovese para o resto da América. Esta visão que denota a formação de um Estado africano em território americano é chamada por teóricos de visão restauracionista. A historiografia restauracionista foi amplamente influenciada pelos estudos do antropólogo americano Melville Herskovits, pioneiro em estudos afro-americanos nos Estados Unidos da América, que postulava em suas teses, uma homogeneidade cultural da África Ocidental, e por isso, buscava encontrar em suas pesquisas, africanismos ou sobrevivências africanas na América.

A partir da década de 50, do século passado, os quilombos receberam uma visão marxista da história, muito devido, a estudos que elencavam o tema sobre rebeldia escrava. Os principais expoentes desta vertente historiográfica eram: Clovis de Moura, José Alípio Goulart e Décio Freitas. O Norte desta historiografia era definir a resistência negra nos quilombos como negação do regime de cativeiro por meio da criação de uma sociedade livre, resumindo, os marxistas visualizavam na resistência uma luta de classe entre os oprimidos (escravos) e os possuidores do sistema de produção (senhores de engenho).

Discordando em termos, das pesquisas realizadas por Melville Herskovits, os antropólogos, Richard Price e Sidney Mintz (2003) em seu livro: O nascimento da cultura afro-americana. Uma perspectiva antropológica: relatou-nos o seguinte, com relação aos estudos afro-americanos:

Sugerimos que grande parte do problema do modelo tradicional da história e cultura afro-americana primitiva reside em sua visão da cultura como uma espécie de todo indiferenciado. Considerando-se o contexto social das primeiras colônias do Novo Mundo, os encontros de africanos de vinte ou mais sociedades diferentes um com os outros e com seus dominadores europeus não podem ser interpretados em termos de dois (ou até de muitos) "corpos" (diferentes) de crenças e valores, cada um deles coerente, funcional e intacto. Os africanos que chegaram ao Novo Mundo não compuseram grupos logo de saída. Na verdade, na maioria dos casos, talvez fosse até mais exatos velos como multidões, aliás, multidões muito heterogêneas. Sem diminuir a importância provável de um núcleo de valores comuns e da ocorrência de situações em que alguns escravos de origem comum podem, efetivamente, haver-se agregado, a verdade é que estas não foram a princípio, comunidades de pessoas, e só puderam transformar-se em comunidades através do processo de mudanças cultural. O que os escravos compartilhavam no começo, inegavelmente, era sua escravização; todo - ou quase todo - o resto teve ser criado por eles. Para que as comunidades de escravos ganhassem forma, tiveram que ser criado padrões normativos de conduta, e tais padrões só podiam ser criados com



base em determinadas formas de interação social. (MINTZ e PRINCE –2003, pág. 37)

Richard Price e Sidney Mintz, neste pequeno fragmento do seu livro, faz uma crítica velada à teoria de Melville Herskovits, esta, baseada em sobrevivências africanas e africanismos, e também, numa homogeneidade cultural da África Ocidental, para teóricos, a chamada concepção herskovitsiana, ou modelo tradicional da História e cultura afroamericana. Price e Mintz irão propor uma heterogeneidade étnica e cultural dos povos africanos, ou seja, as comunidades africanas não tinham a mesma base cultural, como sugeria Melville Herskovits, e sim, vários mecanismos culturais de pensamento. Com isso, os dois estudiosos, quebram a teoria de que a cultura afro-brasileira e americana foi construída com moldes intactos da cultura africana trazidas pelos escravos. Essa cultura, afro-americana, segundo Mintz e Price, teve sua origem nas várias interações sociais ocorridas em território colonial, interações que, propiciaram a formação de uma religião, uma culinária, uma literatura e porque não um idioma afro-americano, como e o caso do "pidgin" originado para um melhor entendimento entre senhores e escravos, citado na obra dos estudiosos. Eles propõem uma "crioulização da cultura negra, uma cultura com peculiaridades próprias, influenciada pela cultura africana sim, mais transformada em território colonial, transformada, por relações sociais ocorridas aqui no espaço brasileiro e na América.

Para os estudos afro-americanos, um fato tem muita relevância no processo de construção da cultura afro-americana ou afro-brasileira, a diáspora atlântica. Price e Mintz, em introdução do seu livro vai nos relatar uma observação com relação a tal acontecimento:

Nenhum grupo, por mais bem equipado que esteja ou por maior que seja sua liberdade de escolha, e capaz de transferir de um local para outro, intactos, o seu estilo de vida e as crenças e valores que lhe são concomitantes. As condições dessa transposição, bem como as características do meio humano e material que lhe acolhe, restringem, inevitavelmente, a variedade e a força das transposições eficazes. (MINTZ e PRINCE – 2003, pág. 19)

Este relato leva-nos a crê, que o tráfico negreiro causou profundos traumas nos seres humanos que participaram do processo de transferência, modificando de certa forma, sua concepção de mundo, os sentimentos, e porque não, a identidade africana contida neles. Outra experiência que provocou significativa influência no modo de ser dos escravizados foi toda a estrutura de produção organizada dentro das fazendas monocultoras (senzalas, alta carga horaria de trabalho, castigos, péssima alimentação, etc.), ou seja, o meio que eles encontraram da América. A transformação de identidade acarretada pelo processo de transferência e encontro com meio colonial, vai ser de considerável importância para a formação de uma cultura afro-americana ou brasileira, por que, vai obrigar os africanos a refletir sua existência em território americano, e resgatar ou construir a identidade perdida. Com resgate desta nova mentalidade, estes irão começar a



forjar uma nova cultura, esta não mais africana, e sim Crioula, afro-americana ou afrobrasileira.

Segundo Regiane Augusto de Mattos (2007), no livro, História e cultura afrobrasileira, Quilombos eram comunidades independentes e não muito isoladas, que buscavam interagir com a sociedade, comerciando sua produção agrícola, mesmo que de forma clandestina, com ajuda de pequenos comerciantes, agricultores e até mesmo escravos".

Ela ainda coloca que: "uma das características das comunidades quilombolas era a existência de alianças com outras camadas sociais: indígenas, comerciantes, pequenos agricultores".

Marcos Rodrigues da Silva (1987), no livro, O Negro no Brasil: Histórias e desafios: Relata que: "os quilombos não eram somente locais de esconderijo para escravos fugidos. Tinham como característica fundamental a formação de aldeias, onde a liberdade era o imperativo para sua manutenção e sobrevivência". O pesquisador ainda afirma que: Os quilombos tinham – no modo de se estabelecerem enquanto povo que se organizava em uma nova proposta de sociedade – quatro características essenciais:

- 1 Mostrar o protesto negro contra o sistema escravagista imposto sobre a raça negra;
- 2 Mostrar a revolta contra os maus tratos que sofriam todos os negros, negras, crianças, e idosos, nesse período;
- 3 Revelar a busca do povo negro por um espaço próprio para celebrar sua fé e viver seus costumes;
- 4 Afirmar que a identidade negra estava sendo recuperada, após o genocídio nos navios negreiros, nas senzalas e nos trabalhos forçados. (SILVA 1987, pág. 21)

Percebemos com os relatos de Regiane Mattos e Marcos Rodrigues da Silva, que apesar dos quilombos viverem em constante tensão por causa de incursões militares e particulares, que estas localidades tinham suas vidas regradas por variadas interações sociais, com diversas camadas da sociedade colonial. Podemos notar também que, a liberdade imperava dentro daqueles territórios, contrastando com sistema colonial vigente no Brasil. Marcos Rodrigues Silva cita, analisando as principais características dos quilombos, que aquele local serviria como espaço próprio para a manifestação da fé e costumes do povo negro, além de possibilitar o resgate de uma identidade negra perdida no processo de escravidão.

Baseando-se na tese de Richard Price e Sidney Mintz, sobre a heterogeneidade cultural dos povos africanos, podemos afirmar que dentro dos quilombos existiram interações sociais de vários mecanismos culturais africanos, modificados pelas enumeras experiências traumáticas passadas; tanto na grande diáspora atlântica, quanto, no sistema de produção escravista. Price e Mintz vão afirmar que os escravos compartilhavam no começo apenas a escravização e que o resto teria que ser criado por eles. O resto seria novas instituições, uma religião que abarcasse suas expectativas, suas leis, Governo, sua nova cultura. Como no começo era apenas prisão ou escravidão, o primeiro lugar em que estes seres humanos se sentiram verdadeiramente livres, e livres para criar, em território colonial foi nos quilombos. Lá eles puderam manifestar sua fé, sem interferência do senhor, elaborar seus costumes, até forjar uma nova identidade, esta nova identidade, uma



identidade afro-brasileira ou afro-americana. Um exemplo desta construção de uma nova identidade e o surgimento de uma nova cultura é a umbanda, uma religião que mescla tradições africanas, principalmente o candomblé, com a cultura religiosa europeia.

Os relatores do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) foram de extrema felicidade quando colocaram o tema relacionado aos quilombos e comunidades quilombolas, isto dentro curriculum escolar de História e cultura africana e afro-brasileira, para serem discutidos em salas de aulas e nas universidades. Este tema vai nos remeter à formação de uma identidade e de uma cultura, a luta pela liberdade, junto com a opressão por parte dos donos do poder. As crianças e adolescentes tendo contato todo este aparato de vivência, pode a vir no futuro, por que não, a construir sua própria identidade, lutar pela liberdade dos seus, e diagnosticar preconceitos e racismos.

Considerações Finais:

A partir de estudos mais detalhados sobre a cultura africana e afro-americana, durante muito tempo esquecidas nos porões de universidades e escolas, estudos, que nos possibilitaram entrar em contato com um mundo novo e maravilhoso, e com temas relacionados a quilombos, irmandades negras, economia escrava, entre outros, é que o quadro da história do povo negro no Brasil começou a ganhar formas e cores.

Nosso estudo, muito influenciados por esta nova áurea epistemológica, mostrou como os quilombos pôde influenciar diretamente a construção de uma identidade e uma cultura afro-brasileira. Estes locais, primeiro espaço em que os africanos se sentiram verdadeiramente livres na colônia, movidos por várias interações sociais com diversas camadas da sociedade colonial, possibilitou um encontro de culturas africanas, fazendo com estas culturas, mais à cultura branca e indígena que estava em constate contato com tais localidades, forjasse uma nova mentalidade, a mentalidade afro-brasileira ou afro-americana.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. **Questão Racial:** Africanidade e Democracia; Editora Prominas,

BRASIL. Conselho nacional (CNE): Lei 10639/2003 e o parecer CNE. Brasília, Distrito Federal. www.afrobrasileira.multiply.com

BRASIL. Lei n.10639. 09 de janeiro de 2003. Altera a lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro-brasileira" e das outras providencias. www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/.../lei10639

MATTOS, Regiane Augusto. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007.

MINTZ, Sidney W. e PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana:** Uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Candido Mendes: 2003.



PRIORI, Mary Del; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Ancestrais: Uma introdução a História da África Atlântica.** Rio de Janeiro: Campus, 2004.

REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos. Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras 1996.

REIS, José Carlos. A História entre a Filosofia e a ciência; 3ª ed., 1ª reimp.- Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. **Políticas afirmativas e Educação: A lei 10639/2003 no contexto das políticas educacionais do Brasil contemporâneo.** (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2006. www.ppge.ufpr.br/teses/m06_rocha

SILVA, Marcos Rodrigues. **O Negro no Brasil:** Histórias e Desafios. Editora FTD; Universidade do Texas, 1987